



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 2/2021

Continuação da Sessão Ordinária de 26 de
Fevereiro de 2021 - 1 de Março de 2021

Ao primeiro dia do mês Março do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, por videoconferência, deu-se início à continuação da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, iniciada no dia 26 de Fevereiro, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos: -----

----- Lista de Presenças:-----

24 Deputados Municipais do PS- Hugo Miguel Guerreiro Nunes (Presidente da Assembleia), Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luís Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vítor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Fernando Pereira Marques, Joana Guerreiro da Conceição (2ª secretária), Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo, e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Estiveram ausentes:-----

O **Deputado Independente**, Fernando Domingos dos Santos, informou previamente que não iria participar na reunião.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

1-Intervenção do Público;-----

2-Período de Antes da Ordem do Dia;-----

3-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para desempenhar as funções de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, para o biénio 2021/2022, com base no n.º1 do artigo 23.º dos Estatutos da Fundação;-----

b)- Proposta 08/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Plano de Prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas da Câmara Municipal de Loulé (Revisão); [Proposta da Câmara Municipal n.º1844 -2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 09/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia do Ameixial, no valor anual de 41.123,56€ (quarenta e um mil, cento e vinte e três euros e cinquenta e seis cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Municipal n.º 170-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 10/2021- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia do Ameixial, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021- no valor de 196 000,00€ (cento e noventa e seis mil euros), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09 [Proposta da Câmara Municipal n.º 171-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 11/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor anual de 133 450,15€ (cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta euros e quinze centimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 172-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 12/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Sebastião, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 173-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- Proposta 13 /2021- Deliberação relativa a 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no valor anual de 196.857,36€ (cento e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e trinta e seis centimos); no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 183-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Proposta 14/2021- Deliberação relativa ao Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Junta de Freguesia de S.Clemente, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 189-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

i)- **Proposta 15/2021 - Informação** relativa à Escritura de Alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Alte - CIPRL e Eleição dos órgãos Sociais da mesma; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1852-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

* Por razões de segurança e saúde pública, devido à pandemia COVID19, esta Sessão não contará com a presença de público. Os pedidos de intervenção no Período do Público devem ser remetidos antecipadamente ao Presidente da Assembleia Municipal, até às 16h30 do dia 01 de Março, por email para: aml@cm-loule.pt, por forma a que sejam apresentadas no referido ponto.

Esta Sessão será transmitida em direto, no dia 01 de Março de 2021, pelas 21 horas, no canal YouTube do Município de Loulé.-----

Foram iniciados os trabalhos-----

Entrou-se no Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

1 - Intervenção do Público*:-----

Foi lida a questão da **cidadã Helena Baião**, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara. "Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, na sua pessoa, venho lamentar a forma encontrada pelo seu representante Vereador Abílio Sousa que, mais uma vez, se refugiou na tentativa de descredibilização pessoal, seja na sua linguagem verbal, seja na sua expressão não verbal. E fê-lo com a consciência que estava a falsear o objetivo da minha intervenção, levando para uma área absolutamente periférica do meu protesto em defesa dos animais. Quando ele disse que eu estava como que a denunciar o único canil legalizado do concelho de Loulé, isso é falso. O protesto chama-se Em Defesa dos Animais, não era nenhuma acusação ao Canil de São Francisco que pode e deve ser escrutinado porque recebe dinheiros públicos. E o Senhor Vereador Abílio afirmou isto como uma manobra de diversão porque não lhe convinha discutir o auto da demolição que era o verdadeiro cerne da questão. Efetivamente a minha referência ao Canil de São Francisco insere-se em apenas 2 linhas das páginas A4 da minha comunicação, sendo, portanto, acessória e casuística. Imaginemos se fosse uma longa dissertação. Assim, eu, Maria Helena Baião, cidadã residente do concelho de Loulé pretendo fazer a reposição da verdade.-----

Comecei a minha carreira como jornalista do jornal O Público e o meu olhar indaga, perscruta e pergunta. Visitei o Canil de São Francisco informalmente em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

julho de 2020, consegui tirar fotografias, falei com pessoal, pelo que a minha opinião é verdadeira, está documentada, e presumo que o Senhor Vereador já lá não vá há algum tempo mesmo até ao fundo do recinto onde estão o gatil e 2 cavalos. Porque se lá tivesse ido recentemente veria que há lá mais de 300 animais no perímetro reduzido do canil configurando excesso de lotação como é do conhecimento do público.-----

Os animais vítimas de maus-tratos, também precisam de sociabilização para se tornarem adotáveis e não se tornarem causa ou vítimas de acidentes ou ataques com pessoas. Concluo que talvez o Senhor Vereador Abílio Sousa tenha de mudar as suas lentes cor-de-rosa e colocar umas progressivas que lhe permitam ver mais longe. Muito obrigada, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, por me permitir repor a verdade uma vez que as Assembleias Municipais são, de momento, *online* para nós cidadãos nos defendermos das ciladas do poder que geram alarme social e descredibiliza a casa da democracia.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor **Vereador Abílio Sousa**, respondendo que não irá tirar uma vírgula aquilo que disse e das afirmações que fiz na intervenção da sexta-feira passada, queria dizer que tudo aquilo que foi falado em relação à evolução que houve nestes últimos anos em relação à causa animal da parte deste Executivo é verdade, a descrição que fiz da evolução.-----

Em relação àquilo que a Senhora Helena Baião diz eu posso citar o que ela diz na carta dirigida à Assembleia: "Recomendar ao Executivo Socialista a promoção de iniciativas da Autarquia local no sentido de acomodar a legislação existente, mas principalmente os mecanismos de controlo e fiscalização dos direitos dos animais e do bem-estar animal e dos compromissos nas normas de segurança e higiene veterinária dos canis e gatis existentes, como sendo o Canil de São Francisco, onde mais de 300 animais vivem sem cuidados especiais de saúde", ou seja, disse isso, "só tratando os que apresentam sintomas ao sol e à chuva."-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara** para complementar aquilo que o Senhor Vereador acaba de dizer, naturalmente que esta troca de opiniões, esta troca de afirmações, veicula o ponto de vista de cada um, é legítimo vir aqui a este órgão e haver este debate que é muito próprio da casa da democracia local. De qualquer maneira, eu quero reafirmar aquilo que realmente importa e o que realmente importa é que a Câmara Municipal de Loulé tem feito um progresso assinalável nos últimos anos no que diz respeito à observação dos direitos dos animais, criando melhores condições no atual canil, contratando até mais pessoas, dispensando mais atenção e alocando mais investimento, embora saibamos que o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

atual canil não responde às exigências legais. E por sabermos disso, dissemos e volto a repetir para que se saiba, que a Câmara Municipal de Loulé adquiriu na União de Freguesias, mais propriamente, nas proximidades da aldeia de Benafim, uma extensa área de cerca de 11 hectares onde vai construir um canil municipal com todas as comodidades, um equipamento de nova geração onde absolutamente todos os requisitos para que os animais sejam tratados com dignidade e na observação dos direitos que lhe estão conferidos por Lei possam ser observados. Isso é o que releva neste momento.

Relativamente à outra situação, a Senhora Vereadora teve também a oportunidade de dizer que nada nos move contra aquela organização que levou a efeito a construção de um equipamento para acolhimento de animais. Acontece é que essa construção foi feita sem prévia autorização, está num espaço do nosso território que de acordo com as regras vigentes no PDM não admite a construção daquele tipo de equipamentos e, como tal, porque cumprimos a Lei e porque fomos, por instâncias do Tribunal, instados a fazer cumprir a Lei, foi por isso que emitimos o despacho que emitimos.

Por último, termino dizendo que quero publicamente relevar o papel extraordinário do Canil de São Francisco, aquela Senhora que lá está que eu conheço há tantos, tantos anos, com as suas colaboradoras, julgo que o canil tem mais de 30 anos e não é bonito desqualificar aquela organização porque foi a única e repare, há 30 anos, ainda não se falavam dos direitos dos animais e já aquelas senhoras tratavam os animais com a dignidade que lhes é devida e com toda a dignidade que deve ter relativamente aos seus direitos. E, portanto, aproveito para mais uma vez publicamente relevar o valor e o papel desta instituição que é o Canil de São Francisco que tanto bem, tem feito a tantos animais abandonados ao longo de tantos anos e que tem vindo também a desempenhar um papel pedagógico na mudança de valores, na promoção de novos valores.

Passou-se ao ponto seguinte;

2- Período de Antes da Ordem do Dia;

Solicitou para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que dentro deste período de discussão da causa animal eu fiz uma pergunta concreta à Câmara na outra sessão sobre a possibilidade de neste terreno comprado pelo Executivo de cerca de 11 hectares poder ser encaixado e ser aberto a outras associações de defesa dos animais de forma a resolver os problemas que as mesmas sofrem com processo de legalização ou de ilegalização. Não obtive



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



nenhuma resposta e gostaria de saber se a Câmara poderá estar aberta para disponibilizar parte desse terreno a este tipo de associações.-----

Por outro lado, também fiz uma pergunta que não obtive resposta que foi sobre se a Câmara estava disponível para alterar o regulamento de apoio ao associativismo de forma a que o calendário de candidaturas fosse antecipado para final do ano e não até ao final de 30 de março como está em vigor. Também gostaria de saber a resposta.-----

Por outro lado, gostaria de saber em relação à gestão do Mercado Municipal se é ou não verdade, que funcionários da Loulé Global adstritos ao mercado foram transferidos para os recursos humanos da Câmara e que com que razão e objetivos foram contratados seguros privados para fazer a segurança do Mercadinho do Sábado. Quanto a mim não julgo que haja qualquer razão plausível, dado que aquilo é um mercado civilizado e sem grandes problemas de grandes manifestações hostis, julgo que os funcionários da Câmara por si só dariam conta do recado, mas dado que estão todos os sábados cerca de 18 agentes de segurança privados nas entradas que estão vedadas neste momento, estão condicionadas e gostaria de saber a explicação do Senhor Presidente se realmente qual é o compromisso que a Câmara tem em admitir este tipo de atividade.-----

Pedi a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dirigindo-se diretamente ao Senhor Presidente da Câmara, sendo que este ano será um ano de eleições eu vejo que o senhor, naturalmente, promoveu um orçamento, digamos, de alguma forma dilatado. E o que nós esperamos é que para lá do que é habitual brindarmos com uma execução baixíssima dos orçamentos que nos apresenta, que este ano, na verdade, consiga cumprir aquilo que se propõe. Assim, a quantidade de obra que nos apresenta com os meios disponíveis seria interessante que a população, pelo menos, uma vez de 4 em 4 anos, neste caso é ao fim de 8 anos, que visse obra a sério, coisa que nunca vi consigo.-----

O repto que lhe ia dirigir de uma forma muito sincera e sentida era que aquilo que foi um, digamos, *fait-divers* de alguma forma fora de um contexto que deveria ser usual de respeito entre as partes envolvidas do debate político na Assembleia Municipal, que para si fosse um esforço, que para mim seria interessante ver a noção da relação entre as pessoas baseada no respeito, coisa que o senhor tem a tendência para resvalar para lá do aceitável. O meu repto é este, Senhor Presidente, evite acusações em matérias que depois não fundamenta minimamente e que iria dizer aquilo que é a minha ideia da sua marca nos últimos 4 anos. Nos primeiros 4 anos, o Senhor, efetivamente, sempre mostrou ser uma pessoa afável, no fundo é isto mesmo de forma sincera, um bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

homem, que as pessoas têm em si. Nestes últimos 4 anos, o Senhor imbuído, eventualmente, de um bafejamento, provavelmente, divino entende que não tem paciência para ninguém. E, na verdade, mostra que, realmente, o seu mandato é essencialmente tocado pela arrogância, pelo desprezo pelas opiniões, pela falta de paciência para ouvir os cidadãos e a oposição. O senhor sempre está a bradar aos céus, "mas esta gente não diz nada de jeito, sempre neste tipo de contextos em relação à oposição". Que lhe peço de uma forma sincera é que sejamos capazes de neste ano que vai ser, certamente, mais combativo o combate político que tenhamos tentativa esforçada para lá do razoável, garantir que somos pessoas sérias e que apresentamos ao eleitorado uma linguagem adequada que os permita ter vontade, gosto e prazer em ouvir os debates nas Assembleias Municipais. De certa forma ouviremos o Senhor Presidente na Assembleia a fazer o seu árbitro e fá-lo muito bem e peço intervenção sempre que os excessos vão para lá do razoável.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, para comentar o que tem sido nos últimos anos, desde 2013, o julgamento de carácter permanente que o Deputado que me antecedeu faz de forma cáustica e de forma agressiva ao Executivo Municipal e ao Partido Socialista. Quando fala de uma deriva ideológica, este Senhor, a deriva ideológica dele é esta, é gerar desgaste, gerar corrosão e não deixar trabalhar, no fundo. São as questões que levanta insinuando comportamentos, insinuando parte do Executivo e do Senhor Presidente da Câmara, que todos nós conhecemos muito bem, que é um homem afável, um homem com grande paciência, até demais, e que todos os dias, em todas as Sessões da Assembleias Municipal, este Senhor que aqui, por fora às vezes até comentam que é um deputado *kamikaze*, que está sempre de uma forma, na minha opinião, não é uma forma pedagógica de fazer política, já tenho dito isso muitas vezes. Quando nos diz que nós não ouvimos, quando nos diz que nós não aceitamos as propostas, quando diz que o Executivo não ouve as pessoas e não responde, eu penso que o que ele aqui está a querer dizer e a insinuar é que efetivamente não existe democracia. E não exercer-se este exercício de poder na Câmara Municipal de Loulé não é feito por um órgão democrático.-----

Queria terminar, Senhor Presidente, felicitando os dirigentes, diretores, funcionários do Canil de São Francisco de Assis no seu trabalho meritório que estão a desenvolver pela causa animal. As respostas que aqui foram levantadas, as questões que foram perguntadas e foram aqui na sexta-feira levantadas, aqui está o contraditório. A própria Associação aqui o diz, os animais estão protegidos em toldos de proteção e no verão são colocadas redes de sombra, que os protocolos que têm com os veterinários, têm uma veterinária que todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

semanas vai ao canil, têm protocolos com vários veterinários sempre prontos a ajudar os animais em tratamentos e intervenções mais específicas e o esforço do *staff*. O Canil de São Francisco tem-nos ajudado, a Câmara e o erário público também têm feito a sua participação, não é suficiente, eu penso que a Câmara com o projeto que tem, irá contemplar e dar uma solução sustentável nesta questão da causa animal com a construção de um canil e com os apoios que continua a dar a estas instituições. Esta casa tem dado os apoios, é legítimo colocar que não é suficiente, é legítimo ao Deputado que me antecedeu e ao líder da bancada do PSD, na opinião deles, é legítimo que não concordem, que não está a ser feito o suficiente, mas é legítimo não omitir o que está a ser feito. E vamos a Quarteira porque só falam de Quarteira. Não sei se conhecem o concelho, por acaso há aqui deputados que não moram no concelho de Loulé, mas o que quero dizer, nomeadamente, em Quarteira que o que este Executivo tem feito e o que foi dito na última Assembleia que as coisas rodam, mas o Senhor Presidente não anda aqui a ver navios, é a conversinha que fazem aqui, ofensiva, e eu sinto que na Comissão Permanente nós temos um diálogo onde intervimos. O senhor representante do PSD, o Senhor Deputado do PSD, até ainda hoje para encaixar aqui um ponto falava na ocupação do tempo nas intervenções. E a bancada dele poderia ser mais contida no tempo e no modo. Não é deixar de fazer a oposição, ninguém está aqui contra a fazer oposição. E estamos preparados há muitos anos, não é o PSD que nos dá lições de ética, antes pelo contrário. Não nos dá lições de ética, não é o PSD que nos vai dar lições de ética sobre a forma de fazer política, de estar na oposição e no poder. Estivemos muitos anos no poder e muitos anos na oposição. Estamos no poder agora e não na oposição, sempre tivemos uma atitude correta, uma atitude transparente e uma atitude pedagógica. Porque há democracia com oposição, só há democracia com a oposição, mas não é esta a oposição que se está aqui a fazer. E penso eu que, é a minha convicção, que em outubro essa vossa atitude de fazer oposição, esse vosso comportamento de fazer oposição não vai cativar os eleitores. Os eleitores, penso que não se revêm nesse comportamento e nessa forma de fazer política. É mais, é a questão que eu levanto sempre aqui, penso que nós, também não penso que sou dos melhores, não é a forma de darmos o exemplo de fazer política e de trazermos os mais novos, trazermos as gerações mais novas para cá, eles não se revêm nisto, as pessoas não se revêm neste tipo de atitudes, revêm-se, enfim, numa postura de estar de fazer oposição e de estar no poder, mas com certeza com ética e com elevação. Penso que é isto que não há. Todas as sessões há aqui 2 deputados que estão sempre a malhar no Senhor Presidente da Câmara, mas a malhar, m-a-l-h-a-r, com oposição, com certeza, discordar, convergir, divergir, é democracia, mas assim não. Eu por mim esta questão está descrita, está definida, vou terminar, mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

sinto que não estamos a dar o exemplo que devíamos dar quer aos nossos munícipes, quer aos mais jovens que queiram vir para a política. Isto não é forma de fazer política.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, referindo que em primeiro lugar que gostaria de relembrar ao Deputado que me antecedeu que ética eu efetivamente pauto-me por isso, por princípio. Quanto à questão da propaganda que o Senhor Presidente faz, naturalmente, que nunca cumpre os seus tempos contrariamente à oposição, nunca cumpre os seus tempos. Portanto, em vez de se cingir a fazer, na minha opinião, dar respostas sucintas, objetivas, faz um conjunto de propagandas e respostas zero. Em regra, nunca responde.---- Pegando nesta última questão da resposta, o que peço ao Senhor Presidente da Câmara é que nos diga se consegue, no seu imenso trabalho que tem executado, dar resposta aos cidadãos em 30 dias, é que normalmente leva 1 ano e meio, 2 anos, coisas assim a responder a pedidos simples. E também alguns membros da Assembleia que façam, eventualmente, dentro da sua imensidão de *staff* que tem na Câmara, portanto, os imensos recursos que vão à ordem dos 40.000.000,00€ este ano, consegue encontrar tempo e esforço para responder em 30 dias. Eu compreendo que a Senhora Vereadora Heloísa Madeira diz que não é possível cumprir a Lei pela Câmara Municipal de Loulé gerida pelo Executivo Socialista, mas faça um esforço, Senhor Presidente, 30 dias responder a todos os pedidos dos cidadãos. Mesmo que não diga tudo o que eles pretendem pelo menos que faça um esforço para que, em regra, responder em 30 dias. E que, efetivamente, aquilo que é fundamental é que naturalmente nós entendamos que a Câmara queira prestar um serviço, que o Senhor não queira ser imbuído de uma espécie de direito de comando sobre a vida dos cidadãos, mas que penso que poderá servir a cidadania, dando, exatamente, resposta aos anseios e às necessidades da sua comunidade, nomeadamente, consubstanciado nesta questão de dar resposta em 30 dias a um pedido de um cidadão.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, referindo que apesar de não residir aqui no concelho, da minha família já é a quarta geração que dita de uma forma geral, a maioria vive aqui no concelho. E julgo que não há Lei nenhuma que proíba um munícipe de se candidatar a um outro município que não o de local de residência, inclusivamente, em Presidentes de Câmara que tantos não vivem no concelho e no entanto são Presidentes de Câmara nos sítios onde foram eleitos. Portanto, sinto-me atingido e com 4 gerações por detrás, pelo menos 4 que nós conhecemos que vivem aqui, vir com essa observação. E depois o sentido irado com que o Senhor fala contra a oposição, também não se justifica, nem é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

delicado, nem dá nenhuma, não quero dizer credibilidade, credibilidade terá porque é a sua ótica, nós estamos em partidos diferentes, a sua ótica será a sua, mas não será a nossa. De maneira que julgo sobre este aspeto não tem nada a criticar, antes pelo contrário, tenho visto intervenções suas bastante violentas, portanto, o Senhor contradiz-se. Faz uma coisa e diz outra, faz como eu digo, não faças o que eu faço.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo querer deixar uma breve nota de que na realidade era tácito que esta Assembleia tivesse alguma contenção no tempo, mas verificamos e nesse sentido estava a obviar a não intervir em *fait-divers* mas, vejo que por força das circunstâncias sou obrigado a dar resposta ao coordenador da bancada do Partido Socialista, mas também de uma forma muito breve.-----

Creio que o Senhor Deputado não está ciente do que é a democracia. Num processo eleitoral quando se elege, elege-se vencedores e vencidos, cada um na sua personalidade, há uns que são eleitos para gerir e há outros que são eleitos para, de alguma forma, escrutinar, acompanhar. Esta é a essência da democracia, uns partidos num determinado tempo estão no poder, noutro determinado tempo estarão obviamente na oposição. Mas não lhes deixa, de alguma forma, de dar responsabilidade quer aqueles que gerem o património público, quer àqueles que escrutinam quem gere. E esta é que é a valência, a importância e o valor da democracia é na realidade o equilíbrio nessas duas forças, aqueles que gerem e aqueles que escrutinam se faça de uma forma equilibrada. Agora não podemos na realidade menosprezar, atacar, ofender quem não partilha da mesma ideia de gestão do interesse público e dos dinheiros públicos quando, na realidade, o partido da oposição constata e algo e faz de uma forma muito frontal, direta e genuína, pode até estar errado, mas fá-lo-á certamente na sua generalidade aquilo que acha que é, certamente, o melhor interesse para o Município e isso não dá o direito a quem está no poder, a quem está na gestão do dinheiro público de se vitimizar e de se ostracizar quem na realidade está a dar o seu contributo para aqueles que os elegeram. E é isso que é, na realidade, gritante, é gritante neste Município reiteradamente quer o Partido Socialista, quer o Senhor Presidente da Câmara reiteradamente abnega os direitos, retira direitos quase aquelas pessoas que têm a legitimidade para escrutinar quem gere os dinheiros públicos. E isso é que é gritante. Deixo mais uma nota ao coordenador do Partido Socialista de que tenha a humildade de reconhecer que nós estamos aqui tão legitimados como o elenco camarário, obviamente o Senhor Presidente da Câmara e os seus Vereadores, como todos os Deputados da bancada que suportam a bancada do Executivo, nomeadamente o Partido Socialista, legitima-nos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

conseguimos escrutinar e apresentar opções e é nesse sentido que nós achamos que nos últimos anos, nos últimos 3, 4 anos as opções que nós apontamos são sempre mal vindas, são sempre atiradas com pedras e com paus e acha que nós estamos a destruir o Executivo, estamos a atacar o Executivo. Quem está na política com esta capacidade de poder conter, de poder absorver a crítica, obviamente, construtiva certamente não fará um bom serviço público e não serve a causa democrática. Nesse sentido, mais uma vez apelo quer os elementos do Partido Socialista, quer o Senhor Presidente da Câmara, tenha noção que a democracia é isto mesmo e quem não quer estar em cargos públicos sujeitos a escrutínio, por favor não vem para a política.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** quer deixar duas notas, não querendo julgar, não sendo esse o meu papel, dizer apenas o seguinte sobre a questão do espaço democrático, dizer aqui que se há esforço que tem sido feito é o de garantir que todos os membros desta Assembleia podem dar a sua opinião sobre qualquer assunto. Isto tem sido feito às vezes até, se me permitem dizê-lo, deixando que se vá um pouco longe de mais nas intervenções que são feitas.-----

A segunda nota é, aí sim, uma opinião pessoal que eu vou dar, eu penso que as pessoas que nos elegeram e que nos ouvem estarão mais interessadas nas nossas opiniões sobre problemas e soluções do que nas opiniões que temos uns dos outros, mas essa é a minha reflexão, é a minha opinião, mas os Senhores Deputados, com certeza, saberão melhor do que eu.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que das intervenções que ouvi, noto que há uma subtileza e uma habilidade de dar a volta às questões. Tem sido aqui nesta casa de democracia local, a Assembleia Municipal, que os Senhores Deputados que me antecederam conseguem dar a volta ao tema, conseguem pegar nas coisas e pôr na boca dos outros, palavras que não disseram. O Partido Socialista é um partido democrata, é um partido com pergaminhos na que toca à democracia e há humildade democrática. Nesta casa demos o último exemplo, Senhor Presidente, quando foi da constituição da última Mesa da Assembleia, nós com a nossa humildade democrática, que caracteriza os socialistas, propusemos 2 elementos do Senhor Presidente, a 1.ª Secretária e a 2.ª Secretária do maior partido da oposição. Essa humildade que tivemos, eles não quiseram, não deixaram a Deputada que estava a vir, com o devido respeito pela 2.ª Secretária, a camarada Joana Conceição, o máximo respeito, que está a fazer um bom trabalho. Não deixaram. A deriva é de tal maneira que estes Senhores têm à escala local e nacional, no sentido de subverter a democracia. E a história está aqui para julgar isso, as alianças que fazem, a atitude que têm de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



andar para trás e para a frente nas questões que levantam e do ponto de vista da violência, que é isto que alguém me diz que eu intervenho com violência, eu intervenho com a minha maneira de ser e a minha maneira de estar, a minha forma de falar, mas não sou violento de forma nenhuma, nem ofendi nunca a honra, nem a consideração de ninguém. E nos 40 anos que tenho de democracia nesta casa e ali na outra que fiz alguns anos nunca tive uma atitude desrespeitosa, ao contrário do que oiço aqui. E então no último ano a deriva é de tal maneira destes senhores, eu não sei o que vos move, os interesses que os move, ou às vezes a gente ataca para se defender, como diz o povo, que é esta a circunstância. Nós não estamos a dar e temos de fazer aqui um exercício próprio de levar para a frente este mandato até ao fim, mas também deixar uma passagem pedagógica do exercício da democracia.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, felicitando o Presidente da Assembleia e a restante Mesa pela excelente gestão dos trabalhos desta Assembleia Municipal que tem vindo a decorrer desde o ano passado. E quero dizer também que concordo em absoluto com as intervenções do Senhor Deputado Carlos Costa, que fazem todo o sentido e que têm de ser encaradas como uma chamada de atenção à oposição e que não vale tudo. Tendo em conta esta questão que não vale tudo, quero perguntar aos Senhores Deputados da bancada do PSD onde é que estavam na inauguração do Palácio Gama Lobo, na inauguração do Palácio de Música Nova, bem como nas inaugurações de todos os equipamentos que foram feitos por este Executivo. Não conseguimos ver nem um elemento da bancada do PSD, não sei onde é que estavam, mas acho que é mais fácil vir para esta Assembleia dizer que o Executivo nada faz, mas quando se inaugura obras, quando se apresenta projetos simplesmente não sabemos onde estão. Quando o Senhor Deputado Mário Botelho diz que não partilha da mesma ideia do Executivo, quando nós não partilhamos da mesma ideia do Executivo, aliás, eu penso que quando a oposição não partilha da mesma ideia do Executivo, deve apresentar ideias e propostas alternativas. Mas eu nunca vi a bancada do PSD apresentar ideias e propostas alternativas. Já vi outras bancadas da oposição como, por exemplo, o Bloco de Esquerda, apresentar ideias alternativas como já vimos recorrentemente. Mas agora a bancada do PSD nunca vimos. Aliás, nestes 3 anos e meio não consigo definir uma única coisa de alternativa, uma única ideia, uma única proposta de alternativa a políticas que este Executivo tem implementado vinda da bancada do PSD, portanto, a crítica construtiva, como disse o Senhor Doutor Mário Botelho, é um serviço público, como é óbvio, mas tem que haver crítica construtiva e por aquilo que os Senhores Deputados do PSD fazem é simplesmente o bota-abaixo. E o bota-abaixo, sem ideias, o bota-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

abaixo nunca é construtivo. E a oposição sem ideias e sem propostas não é oposição.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, respondendo ao Senhor Deputado Abel Matinhos que na realidade nós como Deputados do Partido Social Democrata, para além de Deputados temos outras ocupações e, obviamente, a nossa vida pessoal e profissional limita-nos muitas das vezes a estar presentes em eventos públicos e nesse sentido é claro que não é uma obrigatoriedade da nossa parte, sempre que é possível estaremos presentes, quando não é possível temos as nossas fontes de rendimento ligadas à atividade profissional e como não estamos ligados à Função Pública, alguém tem que trabalhar para ganhar a sua vida e para alimentar a sua família e pagar, obviamente, os compromissos.-----

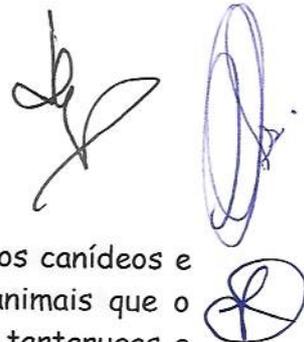
Mas deixamos duas notas ao Senhor Deputado Abel Matinhos que os elementos da bancada do Partido Social Democrata não têm nenhuma obrigatoriedade em estar presente em alguns eventos promovidos pela Câmara Municipal de Loulé. Mas deixava um repto porque é que o Senhor Presidente da Câmara não esteve na inauguração do IKEA sendo que provavelmente aí teria uma obrigação enorme em estar no IKEA e não foi e delegou no seu Vice-Presidente sendo que foi, provavelmente, o maior investimento que houve, haverá, nos próximos 50 anos no concelho de Loulé. Isso sim, foi na realidade uma forma, não diria de respeito, mas falta de ética para com o empresário, para com o investidor que investiu no nosso Município, criou postos de trabalho, dinamizou a economia, isso sim é algo a lamentar, é algo que o Senhor Deputado Abel Matinhos devia ter em conta antes de abrir a boca. Portanto, deixaria esta nota que às vezes a democracia não é extensível a tudo.-----

Foi cedida a palavra ao Executivo Municipal, na pessoa do Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que não houve muitas questões, mas que há uma ou duas muito concretas que nós queremos responder, e só a essas, e vou dar a palavra à Vereadora Heloísa Madeira.-----

A Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, referiu que em relação às questões colocadas pelo Deputado Carlos Martins e que eu considero que já tinham sido respondidas na sessão anterior quer por mim, quer pelo Vereador Abílio Sousa, eu volto a lembrá-lo que a questão do terreno de Benafim é um terreno com dimensão suficiente e adequada para o Município, a entidade pública Município dá uma resposta cabal à questão do bem-estar animal no nosso concelho. E é isso que ali pretendemos fazer. Um equipamento municipal para dar uma resposta cabal às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



carências relativas a esta questão do bem-estar animal. E não só dos canídeos e gatídeos, que é sempre do que se fala, mas também de outros animais que o abandono também é premente, nomeadamente cavalos, burros, até tartarugas e outro tipo de animais que normalmente são deixados ao abandono e que também necessitam do seu habitat e de um espaço para serem devidamente protegidos. E é isso que este Executivo pretende desenvolver neste terreno que adquiriu em Benafim.-----

Relativamente às associações e à possibilidade de apoiá-las nós já referimos e eu referi isso na última sessão, que nós estamos a trabalhar no sentido de tentar alterar o regulamento do PDM e anuncio que há uma proposta, os Senhores Vereadores da oposição já devem ter recebido a Ordem do Dia da próxima Reunião de Câmara, que vai ter lugar na quarta-feira, em que vai uma proposta de início de procedimento de alteração regulamentar do PDM de forma a tentar possibilitar a construção de equipamentos que pela sua natureza não devam estar em espaços habitacionais e urbanos por natureza e possam ser instalados mediante uma declaração de utilidade pública por parte da Assembleia Municipal em espaços rurais, ouvidas as necessárias entidades. Essa proposta estava a ser trabalhada para ir em conjunto com a revisão do PDM e em revisão do PDM, no entanto, dadas as situações e as alterações legislativas que sucessivamente têm surgido, decidimos avançar com esta proposta que tem vindo a ser trabalhada há algum tempo e que já tem maturidade suficiente para ser discutida. E com isto também se abre a porta para associações como aquelas que falamos, nomeadamente a ARA, se cumprir com os requisitos e se a Assembleia Municipal assim o entender poder eventualmente legalizar a situação que está ali. Só depois da entrada em vigor desta alteração, se as entidades assim o considerarem e se a Assembleia Municipal reconhecer utilidade pública municipal no desenvolvimento desta atividade e das construções que lá existem. E penso que dei resposta às questões que foram colocadas pelo Deputado Carlos Martins.-----

Relativamente, isto não é bem uma questão que foi colocada, foi mais uma provocação, mas à qual quero responder que não estou satisfeita, claro, e já o disse por várias vezes, com os prazos de resposta da Câmara. Estamos a tentar melhorar e melhorar muito. No entanto, as dificuldades são as que temos e não podemos fazer nada quanto a elas. A verdade é que não estamos nem melhor, nem pior, como a minha avó dizia "com os males dos outros podemos nós bem," mas a verdade é que não estamos nem melhor, nem pior do que a maioria dos municípios por este país fora. E temos uma carga e uma pressão imobiliária muito maior do que qualquer outro município e tentamos fazer um esforço muito maior do que qualquer outro município. O esforço está a ser feito, acredite que deste lado não paramos de trabalhar para tentar dar as respostas no mais curto espaço de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

tempo possível, ninguém aqui fica feliz com respostas atrasadas. O que queremos é servir os munícipes.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Vereador Carlos Carmo**, para responder à questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Martins, é verdade, ao sábado, de facto, encontra-se um contingente com alguns elementos de segurança privado, bem como do Gabinete de Vigilância e Proteção do Património da Câmara Municipal de Loulé porque como sabe estamos em estado de emergência e existem regras que devem ser impostas para o controlo de acesso ao Mercado Municipal. E como todos sabemos tivemos numa primeira vaga, o Mercado num certo período que não se realizou, depois voltou a realizar-se e nós mais recentemente verificamos, como o Senhor Deputado também bem conhece, que havia já uma grande afluência ao Mercado ao sábado, o que estava a ser um pouco complicado impor as distâncias de segurança e todas as medidas de prevenção da pandemia da COVID-19. E, nesse sentido, como a legislação também o indica, foi também implementado um plano de controlo de acesso, que como bem sabe ao sábado o Mercado do Levante ao sábado não é circunscrito, é em espaço público com diversas zonas de entrada e saída e nós tivemos que criar condições de acesso em todos esses pontos e é por isso que refere aí um número de seguranças privados que não corresponde à verdade, são 14 da empresa, do qual o Município contratou ao abrigo do concurso público que foi lançado, e mais 5 elementos que estão no interior do Mercado de Loulé. E não é porque haja qualquer complicação de segurança, é para garantir a segurança de quem visita o nosso Mercado ao sábado e quero-lhe dizer que cada sábado a empresa Loulé Global produz um relatório do qual tem sido bastante satisfatória as respostas de todos os operadores a este plano que foi implementado para a sua própria segurança e de quem vai ao Mercado de Loulé.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo, em primeiro lugar, que não entrando nestes jogos de democracia entre quem é mais democrata que outro, entre o PS e o PSD, verificamos muitas vezes que a oposição infelizmente não tem sido respeitada como devia de ser, mas achamos que cada um tem a sua forma de estar como oposição e como poder e quem está no poder tem que respeitar os direitos da oposição. Nós quando fazemos críticas fazemos democraticamente e dentro dos deveres e dos direitos que temos. E exigimos que a Câmara cumpra de acordo com os direitos e os deveres que tem.-- Segunda questão, fico realmente muito satisfeito com esta informação prestada pela Senhora Vereadora Heloísa Madeira que, brevemente, ou seja, quarta-feira, vai à Sessão da Câmara uma alteração do regulamento do PDM que permite,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

realmente, dar resposta a certo tipo de equipamentos que estão em zonas onde não podem construir ou não podem estar, desde que sejam aprovados pela Assembleia Municipal. Já o fizemos em relação a muitas exceções do PDM e com certeza que a Assembleia Municipal não irá contra aquilo que a Câmara irá deliberar sobre esta matéria.-----

Sobre o Senhor Vereador Carlos do Carmo, bem são opiniões, primeiro disse que não era verdade que eram 18, afinal são 19, quer dizer, ainda é um bocadinho mais. O controlo das entradas no Mercado envolvente, no Mercado Municipal sempre houve, julgo que se podia fazer de uma forma uma entrada e uma saída e bastaria dois vigilantes. Portanto, a saúde deixa porque desde que cumpram as regras e as distâncias, deixa. Mas como vemos são mais uma vez opções que a Câmara as toma e que a oposição aceita ou não entende.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, dizendo que como cidadão atento e por aqui aos sábados também avaliei a questão levantada pelo Senhor Deputado que me antecedeu e de maneira que sabendo dos condicionalismos da pandemia e queria deixar uma nota à Câmara Municipal pelo facto de termos mantido o abastecimento público, nomeadamente o Mercado de sábado e o Mercado em si, o Mercado Municipal a funcionar e a respeitar as regras definidas pela Direção-Geral de Saúde. E o resultado disso é que com algum incómodo apercebemo-nos disso, mas as coisas foram evoluindo no sentido de ir-se facilitando o acesso com mais fluidez das pessoas. Agora o que gostava de ter ouvido é que as coisas têm corrido, na medida do possível, com segurança e tem-se mantido estes eventos que são importantes para a economia local, também, e para as pessoas em si no abastecimento público de géneros. Isso é que eu gostava de ouvir também, para além da crítica, nós aceitamos a crítica, tem sido dado a ênfase que não se respeita. Há a questão dos prazos que às vezes aqui se levanta e é inegável, há razões objetivas para serem cumpridos ou não, não deviam ser cumpridos, como é óbvio, a bancada do grupo municipal do PS não pode deixar aqui de concordar, mas efetivamente há um conjunto de questões que se tem de pesar os prós e os contras. E, nomeadamente, à economia, hoje um caso concreto o Governo com as medidas tem apoiado comerciantes, portanto, há questões que não chega o que se pretende e é preciso mais, mas omite-se, a questão é essa Senhor Presidente, omite-se que não se faz pedagogia com o contraditório, podia haver aqui um contraditório, tem de se fazer a situação, mas está-se a fazer alguma coisa. Falta mais, é verdade, o caso concreto do Mercado é relevar o papel da Câmara no sentido de manter o abastecimento e manter o conjunto de atividades em plena pandemia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se ao ponto seguinte;-----

3- Período da Ordem do Dia;-----

a)- **Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para desempenhar as funções de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, para o biénio 2021/2022, com base no n.º1 do artigo 23.º dos Estatutos da Fundação;**-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** refere que este processo eleitoral por força daquilo que são as nossas circunstâncias da pandemia decorreu de uma forma muito especial, os Senhores Deputados tiveram a possibilidade de apresentar candidaturas ou de propor candidaturas os grupos municipais até ao dia 25 de fevereiro, foi o que aconteceu, o Partido Socialista apresentou uma proposta que foi apoiada pelos demais grupos, indicou o Senhor Deputado Ricardo Lampreia, do grupo municipal do PSD para desempenhar funções. Essa foi a única candidatura que foi apresentada e os Senhores Deputados tiveram a possibilidade de proceder à votação passando pela Assembleia deixando dentro dos boletins de voto, o seu voto de forma que permite manter o anonimato, eu já explico, estava a fazer esta introdução, depois a seguir dizer-vos que neste momento na nossa sessão de hoje estão presentes 35 Senhores Deputados, destes 35 Senhores Deputados, 24 elementos fizeram chegar o seu voto à Assembleia Municipal depositando, entregando nos envelopes que estão, nós vamos proceder agora à abertura dos envelopes com os nomes dos Deputados presentes, ficando depois a seguir, juntando depois todos os envelopes não identificados para que possam ser contados.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que disse como tem sido prática nesta casa, na Assembleia Municipal de Loulé, a leitura das propostas, e neste caso concreto vou proceder à leitura da proposta de forma sucinta. A proposta foi previamente distribuída aos grupos municipais, tentou-se aqui ganhar um consenso, conseguiu-se um consenso sob o ponto de vista da unanimidade de apresentar uma proposta única, o Senhor Deputado Ricardo Manuel Casanova Lampreia para as funções que são solicitadas pela Fundação António Aleixo. Proposta: "Conforme solicitado, à Assembleia Municipal de Loulé pela Fundação António Aleixo, a designação de um membro da Assembleia Municipal de Loulé para desempenhar as funções de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo para o biénio 2021-2022 com base no número 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



do artigo 23 dos seus Estatutos. Portanto, o grupo municipal do Partido Socialista propôs com a concordância prévia dos restantes grupos municipais com assento na Assembleia Municipal PPD-PSD, CDS-PP e Bloco de Esquerda o nome do Deputado Ricardo Manuel Casanova Lampreia para desempenhar as funções solicitadas.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, informou que dos 35 Deputados presentes, temos 24 boletins de voto, 20 votos a favor, 4 votos contra e 11 abstenções. Neste caso está eleito como representante da Assembleia Municipal para a função de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, o Senhor Deputado Ricardo Lampreia, a quem eu endereço os meus parabéns, na certeza e na convicção de que, como em mandatos anteriores, fará um excelente mandato e aproveitamento para deixar um cumprimento que sei que é extensível às demais bancadas ao Senhor Deputado Ricardo Lampreia, não só por ter sido eleito agora para esta função, mas também pelas funções que assumiu há bem pouco tempo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia, sei que os Senhores Deputados acompanham não só nas felicitações ao Senhor Deputado, mas também na convicção de que ele fará também aí um excelente mandato ora na história daquela casa.-----

a)- **Eleição de um membro da Assembleia Municipal, para desempenhar as funções de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo, para o biénio 2021/2022**, com base no n.º1 do artigo 23.º dos Estatutos da Fundação, foi eleito o deputado **Ricardo Lampreia**, para desempenhar as funções de Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Fundação António Aleixo para o biénio 2021-2022, com 20 votos a favor, 4 votos contra e 11 abstenções.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

b)- **Proposta 8/2021 Deliberação relativa à Aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Loulé (Revisão) [Proposta da Câmara Municipal n.º 1844-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----**

Para a apresentação deste ponto, foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, para fazer um enquadramento da proposta que está presente para os Deputados Municipais apreciarem e no final votarem. A substância da proposta em si irá ser mais desenvolvida após as minhas palavras introdutórias pela Senhora Vereadora Marilyn Zacarias que tem nas suas responsabilidades o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Pelouro precisamente da prevenção dos riscos da corrupção.-----

Este é um tema que quase não é necessário dizer quão importante e quão central ele é hoje em dia na vida das democracias, não aqui, mas em todo o mundo, o tema da corrupção é um tema que é constantemente versado, abordado nos meios de comunicação social, na opinião pública, em todos os lugares onde os cidadãos abordam a questão do desempenho daqueles que são eleitos em todas as democracias. E, portanto, é naturalmente um problema relativamente ao qual as democracias se têm que defender e, nesse sentido, entendeu o legislador que para além da Lei-Geral deveriam existir ao nível municipal planos que pudessem prevenir a corrupção e outras infrações conexas. Há um órgão que é o Conselho de Prevenção da Corrupção que funciona junto do Tribunal de Contas, em Portugal, que é, digamos, a instância que segue a aplicação destes planos municipais. No Município de Loulé, em 2010, porque esta obrigação legal data de 2019 e em 2010, logo, a Câmara Municipal de Loulé aprovou um Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção. Esse Plano foi depois modificado e em 2015 passa a chamar-se Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. As alterações foram alterações de natureza simplificatória para que o documento fosse menos denso, de mais fácil de leitura e mais claro porque importa que estes documentos tenham a clareza, a simplicidade e o rigor necessário para que mais facilmente possam ser aplicados. O que trazemos aqui hoje é uma revisão desse Plano para cumprir as nossas obrigações legais. Eu diria que é imprescindível uma leitura do Plano porque estão previstos vários órgãos que, de acordo com ele mesmo, terão a responsabilidade de monitorizar, de fazer aplicar, de avaliar este Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção. Neste Plano são tipificados todos os crimes e riscos que a Lei prevê e o Plano transporta para si mesmo toda esta tipificação de crimes, caracteriza-os para que saibamos com rigor quando estamos perante uma situação que configura um crime de corrupção, identifica também os riscos, aquelas situações em que devem existir mecanismos de controlo interno de acordo com o Plano para prevenir exatamente esse risco. Devo dizer que esses princípios praticamente têm uma incidência transversal sobre todas as áreas da Câmara, mas muito particularmente no que diz respeito à administração em geral, aí apanha toda a organização, mas particularmente na gestão das pessoas, na gestão financeira, na contratação pública, que é um setor onde há riscos que é preciso prevenir, no Urbanismo e Planeamento e nos apoios municipais que o Município ao longo do ano vai deliberando conceder a várias organizações, sejam elas associações desportivas, sejam elas IPSS, tudo isso. Há uma graduação do risco, são identificadas as situações, o risco pode ser fraco, médio ou elevado. Devo dizer que na Câmara Municipal de Loulé o facto de termos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

atribuído esta responsabilidade a uma Vereadora significa que nós procuramos estar muito atentos a estas situações e não é por acaso que temos tido várias ações de formação, algumas delas dadas por entidades externas à Câmara Municipal de Loulé em que se deslocam à Câmara e em encontros com dirigentes, funcionários têm acontecido nos últimos tempos várias ações de formação, formação que se pretende contínua. Há também um dever da nossa parte de divulgação interna para todas as chefias deste Plano para que haja uma consciência clara das práticas que podem configurar crimes ou que antes do crime que possam configurar uma situação de risco. Portanto, Senhores Deputados, esta era uma peça que nos faltava aprovar e trazer aqui à vossa consideração. No próximo ano teremos já a primeira equipa, aliás, a Equipa de Relatório e de Controlo Interno que vai monitorizar, vai elaborar o relatório anual, esta equipa de controlo interno. O primeiro dos relatórios será apresentado já no próximo ano e nós não podíamos de modo nenhum deixar de aqui trazer à vossa consideração este Plano. Para outros aspetos que têm que ver com o Plano eu agora daria a palavra à Vereadora Marilyn Zacarias que é quem tem o Pelouro deste dossier.-----

Foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, que explicou que para complementar toda esta introdução feita pelo Senhor Presidente, vai partilhar uma apresentação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Loulé, com a última revisão e alteração que foi feita em 2020, aprovada em reunião de Câmara do dia 18 de dezembro. Para esta apresentação vamos ter o Histórico do Plano, os Objetivos, a Revisão do Plano, a Formação que se realizou e que vamos continuar a realizar, as Áreas de Intervenção do Plano e a Monitorização do mesmo.-----

Na parte do Histórico, a Câmara Municipal de Loulé, seguindo a Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho do Conselho de Prevenção da Corrupção, em 2010 celebrou o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. Seguidamente, no ano de 2015, o Plano foi reformulado e alterado, passando a denominar-se "Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas". Em 2020 fizemos, então, a nossa revisão e aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em vigor desde dezembro passado como eu referi há pouco. Nós temos feito também uma divulgação junto dos trabalhadores, dirigentes e colaboradores da Carta de Ética da Administração Pública, da Carta de Conduta dos Trabalhadores da Câmara, esta foi revogada e agora chama-se "Novo Código de Conduta Municipal de Loulé", que está publicada também em Diário da República e de forma interna aos nossos trabalhadores.----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Em termos de Objetivos, o Plano ora revisto pretende ser um instrumento de trabalho dinâmico, com isto nós tentamos que ele fosse mais exequível e transversal à estrutura orgânica da organização, tendo como objetivos principais, identificar os riscos de gestão, incluindo os de corrupção, bem como as correspondentes medidas preventivas, que os riscos sejam identificados e sejam relativamente às funções, ações e procedimentos realizados por todas as unidades da estrutura orgânica e os cargos de direção de topo. Definir e identificar os responsáveis envolvidos na gestão do Plano e o responsável geral pela execução e monitorização do Plano, bem como pela elaboração dos correspondentes relatórios anuais. Assim como já explicou o Senhor Presidente, vamos ter um relatório anual que nos dará a evolução do resultado deste Plano. Desenvolver a contínua realização de ações de formação, de divulgação, de reflexão e/ou de esclarecimento do Plano de Prevenção de Risco de Corrupção e Infrações Conexas revisto e alterado, junto dos eleitos locais, dos dirigentes, dos trabalhadores e colaboradores da Edilidade. Assegurar a transparência da sua atuação no âmbito da gestão pública, mediante a publicação no seu sítio institucional, nós no nosso site da Câmara já temos publicado o nosso Plano, de modo a que o mesmo seja acessível a todos.

Na Revisão do Plano, para a elaboração da revisão e alteração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, em 2020 fizemos os seguintes procedimentos: realizamos uma reunião com os dirigentes, seguidamente fizemos uma revisão dos riscos da versão final do Plano pelos dirigentes e das várias unidades orgânicas, nós permitimos que os próprios dirigentes em conjunto connosco nos apresentassem e surgiram ideias novas e surgiram propostas novas, daí a tal alteração que foi feita, que deu produto e, fizemos primeiro essa parte, fizemos uma segunda revisão e consideramos os contributos prestados pelos dirigentes e unidades orgânicas, no âmbito da revisão final do referido plano.

Quanto à Formação, a Câmara Municipal de Loulé no presente ano de 2021, vai continuar a assegurar a realização de ações de formação sobre a "Ética na Gestão Pública - Prevenção de Riscos de Corrupção", bem como a realização de ações de formação de esclarecimento sobre o Plano específico da Câmara, revisto e alterado em 2020. Estas formações são dirigidas aos nossos eleitos locais, aos dirigentes, aos trabalhadores e colaboradores do Município. Está integrada, desde o nosso Plano de Formação que foi em 2019 e 2020, já tivemos estas sessões que aqui apresento só a título informativo, verificando que desde janeiro de 2019 internamente começamos a fazer estas formações, elas foram distribuídas, em diferentes datas, para o seu devido acompanhamento. Continuamos também no plano de formação de 2021 e 2022 a integrar estas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

formações de forma a chegarmos a todos os trabalhadores. Uma das pessoas que faz parte destas formações é o Doutor António João Maia, é uma pessoa que faz parte da investigação dos Quadros Criminais da Polícia Judiciária, é especialista na área da Prevenção do Risco de Corrupção e é um dos formadores que acompanha estas áreas. Contribuindo deste modo para o seu permanente envolvimento numa cultura de prevenção de riscos de corrupção e de infrações conexas no seio da Administração Pública Local em que se inserem. Portanto, a ideia é irmos criando esta mentalidade dentro dos trabalhadores e de todos que cá trabalhamos.-----

Nas áreas de intervenção do Plano, assim como referiu o Senhor Presidente da Câmara, temos aqui as áreas que neste Plano mais foram aplicadas. Fizemos uma grelha com a qual conseguimos chegar aos tipos de risco que vai afetar a área da Administração, o envolvente é transversal a todo o Município, a toda a Câmara, depois temos a Gestão de pessoas; a Gestão Financeira e Patrimonial; Contratação Pública; Urbanismo e Planeamento; Apoios Municipais e Parcerias; Fiscalização e Contraordenações; Obras Municipais; Proteção Civil, Socorro e Segurança; Ambiente e Higiene Pública; Gestão de Infraestruturas tecnológicas e Administração Eletrónica e gestão de frotas. Isto engloba um total de 123 riscos que identificamos. Isto aqui é um exemplo, um bocadinho pequeno, mas é só mesmo para conseguirem ter uma ideia do que é que fizemos, qual é a metodologia. Na primeira coluna temos as áreas de intervenção, neste caso, por exemplo, é da Administração, mas cada uma quando for a Gestão de Pessoas, é a Gestão de Pessoas, quando for a Fiscalização é, e depois temos a área das atividades. Identificamos aqui os riscos para esta área, depois temos uma graduação que são as probabilidades do risco e a gravidade do risco, portanto, cada um tem um parâmetro 1, 2, 3, com o qual consideramos o nível de risco que, caso não se aplique, pode-nos levar a este nível de risco, seja ele elevado, médio ou baixo.-----

Depois temos a Monitorização que é anual. Para esta Monitorização anual, para conseguir esta monitorização temos aqui uma equipa de trabalho na qual temos os intervenientes que seria, a Equipa de Controlo Interno que seria do Gabinete de Auditoria Interna e Qualidade que é um gabinete nosso que faz parte da Auditoria Interna e Qualidade do Município, depois temos a intervenção dos Dirigentes das Unidades Orgânicas, da Equipa de Controlo Interno, que é uma equipa que foi criada e será agora aprovada com recursos internos da nossa Câmara e temos então a intervenção do Presidente ou do Vereador com as competências delegadas, neste caso é a minha. Para exemplo de monitorização tomamos a mesma grelha que tínhamos inicialmente para conseguir as medidas e agora vamos começar a preenchê-la após ter conseguido os contributos dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

trabalhadores. Será a matriz que temos aqui para em 2022 chegarmos ao relatório final. Fica então por último o nosso Programa que em abril de 2021 teremos a primeira reunião de sensibilização com os dirigentes, em junho de 2021 temos os inquéritos aos dirigentes para monitorização da aplicação do Plano e em janeiro de 2022 já temos a elaboração do Relatório de Monitorização do Plano que nós temos que reportar até ao mês de março, portanto, aqui dentro da Câmara terá de ficar pronto em janeiro de 2022.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, referindo que leu o Plano e que aprendeu muito com ele, nomeadamente, os diferentes tipos de corrupção puníveis por Lei e também muito daquilo que a Vereadora falou, portanto, quais são os riscos e como é que eles são medidos, no que diz respeito à probabilidade, à gravidade, e também me pareceu muito coerente a forma pensada e estruturada para a implementação do Plano e para colocar as coisas no terreno, por assim dizer. O meu contributo iria no sentido, porque como o Senhor Presidente da Câmara Vítor Aleixo referiu, este é um tema muito falado e muito sensível também e muitas vezes é já um tema que é fruto de arremesso político, eu costumo dizer e, muitas vezes as notícias confirmam, que parece que esta posição pública que nós todos ocupamos, portanto, cargos eleitos, parece que somos culpados até prova contrária que vai contra a máxima jurídica. Eu acho que tudo o que se faça em relação a este tema em particular, pode-se fazer mais. Não há dúvida que em relação à Câmara Municipal de Loulé, muito por culpa dos dois partidos do arco do poder, tanto do PS como do PSD, tem vindo a ser feita muita coisa, realço aqui para um dado interessante que estava no Plano que diz que a nossa Câmara subiu do 239.º para 19.º pela Associação Transparência e Integridade na facilidade com que o acesso à informação é disponibilizada aos cidadãos e também, por exemplo, com esta nova prática de termos em direto as Assembleias e permitir a intervenção das pessoas é muito importante. Porém eu acho que seria também muito importante incluir, e deixo aqui à consideração e tenho a certeza que os meus colegas Deputados e Deputadas de todas as bancadas concordarão comigo, uma espécie de auditoria externa apenas exatamente para dar mais credibilidade porque quer queiramos, quer não, é verdade que lá para fora por muito bem que as coisas sejam feitas e eu não coloco qualquer dúvida no que diz respeito ao brio e ao profissionalismo com que estas coisas são encaradas, a verdade é que dá sempre um bocadinho mais de força e de alcance saber que há também uma auditoria externa. Eu não saberia como é que isso poderia ser feito, portanto, a Senhora Vereadora teria que me esclarecer se legalmente não há qualquer problema, como é que poderia ser feito, mas era uma sugestão que eu deixava para o futuro, porque é como o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Presidente da Câmara disse, isto é um tema sensível e tão caro às pessoas que nunca é demais tentarmos fazer o máximo possível para que todos fiquemos descansados e garantir que as coisas correm consoante está na Lei.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que diz querer deixar umas breves notas para saudar a compilação deste documento que desde 2015 já estaria em prática, deixar uma nota de agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara por na realidade ser a pessoa responsável por implementar, ou dinamizar, ou aperfeiçoar este documento, basta dizer que na realidade a corrupção é, provavelmente, o principal flagelo da democracia que nos assola já há bastante tempo. Basta dizer dois ou três fatores que são consequência da corrupção, nomeadamente, no investimento privado, na diminuição da eficácia do setor público, redução da competitividade na economia, a redução da produtividade do investimento público, enfim, com uma corrupção há uma subversão total do processo democrático e, nesse sentido, queria deixar aqui uma nota de agradecimento ao Senhor Presidente da Câmara no facto de aprofundar este documento e torná-lo o máximo exequível possível para que possamos, pelo menos em Loulé, ter a capacidade de que as instituições funcionam, a economia funciona, os instrumentos democráticos e as instituições democráticas funcionam na sua plenitude e na realidade todos temos a ganhar com este documento e com a sua aplicabilidade.-----

Pedi para intervir o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que gostou dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente, como pela Senhora Vereadora Marilyn, no entanto, gostaríamos de frisar que o Bloco de Esquerda sempre tem impugnado a sua intervenção nesta Assembleia Municipal no sentido de uma maior transparência do serviço público prestado pela Câmara aos munícipes e cidadãos em geral, assim como questionando e recomendando sobre o melhoramento da sua atividade exigindo do Executivo respostas rápidas e esclarecedoras sobre os pedidos e requerimentos efetuados pela oposição, pelos cidadãos e pelas empresas. Infelizmente as respostas são muito demoradas e normalmente pouco esclarecedoras. Muitos cidadãos estão indignados e alguns recorrem à Assembleia Municipal expondo situações que consideram de injustiça, de grande atraso nas respostas aos requerimentos e licenciamentos no domínio do Planeamento, Urbanismo e Obras Públicas levam por vezes os cidadãos a interpretar muito mal a ausência de resposta em tempo útil dando origem a especulações e suspeições que não interessam a ninguém, mas que contribuem para a má imagem do Município, causa mau-estar laboral e coloca os governantes locais e chefias numa situação pouco abonatória.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Segundo o Relatório do Índice de Transparência Municipal - ITM - Loulé é o 19.º município português mais transparente no que diz respeito à disponibilização da informação aos cidadãos através do *website*. Como sabem, esta avaliação é com base numa informação de acordo com alguns dos 72 indicadores sob diversas áreas do Município que vão desde a Organização, ao Urbanismo, à Contratação Pública. A criação do Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Loulé vem contribuir para melhorar a eficácia do Município em termos de combate à corrupção implantado desde 2010. Tem vindo a ser atualizado ao longo dos anos adaptando-se às novas exigências e competências do Município. Concordamos plenamente que a Administração Pública visa a sua atividade na prossecução do interesse público procurando satisfazer as necessidades coletivas em ambos da competência do Município, pelo respeito pelos direitos e deveres legalmente protegidos dos cidadãos e que os respetivos órgãos da Autarquia e os trabalhadores que estão subordinados ao cumprimento do princípio da legalidade nos termos da Constituição e da Lei e de efetuar no exercício das suas funções com respeito pelos princípios da igualdade, da personalidade, da justiça, da transparência, da imparcialidade e da boa fé, como tal sujeitas ao fenómeno da corrupção e infrações conexas. Fatores como o excesso de burocracia, a morosidade do sistema e ausência de princípios éticos por parte dos agentes públicos propicia a falta de transparência nas práticas administrativas e à consequência de ocorrência de práticas de corrupção, bem como de infrações conexas e situações de conflito de interesse que importam o termo. O Município de Loulé apesar dos argumentos evocados pela Câmara ao regularizar o seu modelo organizacional sustentado para que a prestação do serviço público seja eficiente, transparente e com qualidade, capaz de dar resposta às necessidades coletivas dos cidadãos aos quais nós estamos inteiramente em concordância. Concordamos com a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e com as justificações prestadas com as quais estamos em acordo. Mais vale prevenir do que remediar e tudo pode ser evitado para que estas situações envolventes no fenómeno da corrupção sejam eliminados.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, querendo expressar a opinião que já foi aqui feita por todas as bancadas de atualizar este sistema anticorrupção, eu gostaria apenas de fazer uma sugestão que é a corrupção está intimamente ligada também à morosidade de processos, desde já foi aqui referida em outras bancadas e congratulamo-nos por esta iniciativa da Câmara. Congratular também na pessoa do Presidente da Câmara e de toda a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

equipa que colaborou na elaboração deste Plano.-----

Pedi para responder o Senhor **Presidente da Câmara**, referindo querer responder a uma ou outra questão concreta e comentaria também uma ou outra consideração feita pelos Senhores Deputados Municipais.-----

Primeiro, o Deputado Fábio Nobre levanta a hipótese de uma auditoria externa. Devo dizer que auditoria externa, com exceção daquela que é feita anualmente à conta de gerência do Município, não está prevista na Lei. Portanto, essa é a única e essa é religiosamente, como todos nós sabemos, todos os anos feita. Uma equipa externa que reflete e estuda todos os documentos de prestação de contas ao longo de um ano económico da Câmara Municipal de Loulé e que no fim lavra o seu parecer. Essa é de acordo com a Lei a única auditoria externa que é feita e que é obrigatória. É daquelas situações que todos nós sabemos que anualmente são presentes as contas com os pareceres dos auditores externos aqui na Assembleia Municipal. A outra auditoria é aquela que é possível fazer, aplicando o documento que estamos aqui a discutir hoje, este Plano. Há uma equipa interna que vai fazendo a monitorização e a avaliação e o estado de evolução da aplicação deste PPRCIC e, portanto, essa auditoria é interna e deve ser feita com rigor e anualmente apresentar a este órgão novamente um relatório da aplicação deste Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas.-----

Estou de acordo com a consideração do Deputado Carlos Martins, que aliás não foi só ele, julgo que foram outros Deputados também o disseram, que o excesso de burocracia pode e muitas vezes potencia o risco da corrupção e a corrupção ela própria. Queria dizer aos Senhores Deputados que a burocracia basicamente significa o cumprimento de todos os procedimentos que a Administração Pública se vê obrigada a seguir, tal como a Lei determina. Nós fazemos uma aquisição temos, de acordo com o montante dessa aquisição, várias abordagens em termos de contratação pública possíveis de fazer. E, portanto, não temos maneira de evitar. Fazemos um concurso público, temos que fazer o concurso público, depois há reclamações, há isto, há aquilo, não temos como evitar. A burocracia é uma própria estratégia das próprias organizações, quer organizações do Estado, quer organizações que não são organizações públicas, mas que são regras e normas que normalmente são concebidas e aplicadas exatamente para garantir o bom uso dos dinheiros públicos e o bom serviço público que os organismos do Estado, da Administração Pública devem prestar. Outra coisa é, muitas vezes, a dificuldade em resolver rapidamente de acordo com a aceleração da vida moderna hoje das pessoas, tudo acelerou, as pessoas têm hoje uma relação na vida em que as coisas podiam ser mais depressa, nós também gostaríamos muito que as respostas fossem muito mais rápidas, mas muitas vezes não conseguimos. Ou porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aparecem obstáculos quando nós não prevíamos e eles surgem e isso aparece tantas vezes, ou porque os processos são metidos na Câmara Municipal de Loulé não vêm devidamente instruídos porque, as leis também requerem algum profissionalismo e algum treino no momento de instruir um processo para licenciar uma obra e apresentá-la à Câmara, muitas vezes há lacunas, há precisões, há conversas que é preciso ter pelo meio e, portanto, todas estas coisas obrigam-nos quase que, inevitavelmente, embora essa não seja uma situação que nós desejemos no nosso dia-a-dia, mas todas estas situações levam depois ao adiamento dos prazos. O facto de vivermos circunstâncias em que temos recursos humanos aquém das necessidades para responder rapidamente, também acontece muitas vezes. Notoriamente faltam recursos para responder mais rapidamente. Portanto, há aqui uma série de circunstâncias que levam muitas vezes à demora na resposta, à demora na apreciação de projetos, a passar uma certidão, enfim, há um sem número de situações. Agora eu queria deixar esta ideia que ainda há bocadinho foi exposta pela Senhora Vereadora referindo-se particularmente ao setor do Planeamento e Gestão Urbanística, a Vereadora Heloísa Madeira. Podem crer que nós trabalhamos muito focados no sentido de melhorar o tempo de resposta que levamos a dar aos cidadãos. Nós temos um plano que passa por contratação de mais recursos humanos, que passa por redesenhar os circuitos de tramitação dos processos internos na Câmara, que passa por nos apetrecharmos com ferramentas tecnológicas que nos habilitem a responder mais rapidamente, que passa por mais formação dos técnicos e também daqueles que externamente utilizam os serviços da Câmara, também aí pode ser feito um trabalho, é um trabalho a fazer, aquilo que nos parece a nós correto fazer para encurtar prazos de resposta aos cidadãos, nós fazemos. Agora não tenhamos ilusões que este não é um problema específico, nem fácil e único da Câmara Municipal de Loulé, também como a Senhora Vereadora disse esta situação, infelizmente, é uma tónica e é uma característica de toda a Administração Pública e que, também vos digo, não é só em Portugal que acontece. Mas com o mal dos outros podemos nós bem, queria deixar uma nota que a demora nas respostas é qualquer coisa que nos confrange também, lamentamos, mas quero que fique a nota que estamos a trabalhar para encurtar em todas as situações o prazo de resposta aos cidadãos e que o excesso de burocracia uma parte que a responsabilidade é nossa, mas há outra parte que ela pura e simplesmente nos escapa também.

Pedi para intervir o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que pegando numa menção que foi feita sobre a questão da burocracia e o princípio, que se costuma dizer de alguma forma com a propriedade que é "à mulher de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

César não basta sê-lo, é preciso parecê-lo". Uma ideia de uma auditoria externa visaria acima de tudo utilizar meios independentes e o princípio de quem não deve não teme, portanto, os meios independentes que estão para lá daquilo que o Senhor Presidente chamou-lhe obrigatoriedade. É claro que aquilo que é obrigado a fazer não é uma inovação, é claro que se o Senhor Presidente fizer uma auditoria às contas não é uma inovação, o Senhor é obrigado a fazer. E, por vezes, ficamos com a sensação que a Câmara é uma espécie de uma organização secreta. É lógico que este documento é louvável e o Senhor está de parabéns e a sua equipa por ter promovido a sua melhoria. Também é certo que para aceder a processos na Câmara Municipal nós temos que apresentar um requerimento invocando a LADA, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos. Temos que o invocar. Quando se o Senhor Presidente da Câmara se promovesse, ou os seus serviços, inovação que seria disponibilizar os meios para qualquer cidadão o fizesse de forma espontânea, que a Câmara disponibilizasse o acesso imediato porque, no fundo, o Senhor não tem nenhuma unidade secreta dentro dessa Câmara. Portanto, todos os cidadãos deveriam ter acesso imediato, coisa que não acontece. Nessa matéria o Senhor não inovou. Eu, inclusive, para aceder a documentos tive que, e funcionários recusam-se se não forem invocado a LADA, que é a Lei que a Senhora Vereadora saberá. Portanto, isto é, de um modo em geral, o acesso imediato à informação deveria ser a função mais nobre do Município, da atividade política por parte de um Executivo, coisa que não é. Eu compreendo que se queira proteger, a burocracia serve essencialmente para isto, proteger quem decide, proteger de uma forma exagerada, muitas vezes, quem decide e quem promove esta decisão. É verdade que a maior parte dos países mais evoluídos aceitam que a decisão célere, mesmo que seja ela ferida de algum aproveitamento compensa a celeridade pela quantidade de atividade económica que gera em prol da comunidade por vezes pelo erro eventual de algum aproveitamento, coisa que nós em Portugal não entendemos assim e o Senhor Presidente já mostrou que não entende assim. É lógico que esta ideia de desburocratizar é uma coisa estranha, muito complicada para quem decide, é muito complicado, porque o espírito burocrático é o que prevalece, sempre. E os empresários e os cidadãos em geral precisam de uma decisão administrativa ou uma resposta é aquilo que o Senhor Presidente sabe, levam meses e meses, anos por vezes, e tudo aquilo que seria normal por isso é que o legislador definiu como 25 dias uma resposta e que os Senhores sabem bem que nunca cumprem é por isso mesmo que deveria ser diferente. Então se a Lei foi feita para ser uma resposta célere porque é que, mesmo dentro num espírito burocrático, não se cumpre, porque é que não se encontram os meios para o fazer? É claro que o Senhor Presidente diz-nos sempre a nós, e nós ficamos agradados com isso, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

temos um projeto, que temos os projetos para o fazer, o Senhor tem muitos projetos e ainda bem, continua a trabalhar muito e em prol do Município e para o bem de todos nós, eu compreendo e agradeço, mas sabe que Portugal e o seu Município não é diferente, nós temos muitos projetos, temos muitas leis simpáticas, muitas coisas boas, mas não concretizamos, é por isso é que estamos cada vez mais longe da média europeia, é exatamente por isso. Porque o espírito burocrático prevalece, destrói os meios que os cidadãos vão tentando construir. É o repto maior que lhe faço, Senhor Presidente. O documento está muito bem e o Senhor está de parabéns, mas é que execute formas de trabalho transparentes para garantir ao cidadão o acesso real àquilo que é o escrutínio por uma comunidade. Esta é que é a matéria fundamental, não é escudar-se porque uma auditoria, uma auditoria externa que raio é isso? A que propósito é que um Deputado do Partido Socialista vem agora falar de uma auditoria externa? Mas porquê? É certo que tem de ter um espírito mais livre, mais aberto, coisa que o Senhor não compreende. Não, o Senhor compreende que é necessário fazer a auditoria obrigatória porque a Lei obriga. Senhor Presidente, faça um esforço maior para inovar, mas essa inovação posta em prática, não é em documentos um conjunto de intenções, projetos para as calendas gregas, não, faça já para imediato.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Fábio Nobre (PS)**, que gostaria apenas de responder ao seu colega Deputado João Guerreiro que a minha opinião não tem nada a ver com ser Deputado da bancada do PS ou não, tenho a liberdade para falar e para dar a minha opinião e para propor soluções. Eu continuo a achar que uma auditoria externa poderia fazer sentido, mas quero lembrar que duvido que haja muitas Câmaras em Portugal que façam e, portanto, nesse aspeto o que o meu colega Deputado João Guerreiro estava a dizer da inovação claro que acho que deve ser considerado, porque se nós queremos ser uma grande Câmara, um grande concelho temos de tentar sempre fazer o máximo que achamos possível, mas agora também me pareceu um bocadinho excessiva a pressão de ter que mostrar tudo, de ter que fazer tudo até porque é preciso ter espaço para trabalhar e desenvolver as atividades. Não podemos esquecer que o caminho que tem vindo a ser feito é um caminho para a transparência, parece-me. Eu acho que isso é inegável, não podemos querer tudo de uma só vez ou achar que é tudo feito.-----

Outra razão que eu esqueci de referir na minha anterior intervenção e agora aproveito para pedir a palavra, é que são estes pequenos cavalos que a extrema-direita gosta de cavalgar. E, realmente, a democracia com tudo de incrível que nos deu e que nos possibilita a dar, a verdade é que a nível de processos de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ



corrupção nós sabemos que é quase um mal necessário, não sei se seria possível extingui-la a 100%, não sei. O que eu sei é que há muitas pessoas, muitos populismos dispostos a agarrar nisto e realmente a aproveitar algum descontentamento popular, que aqui e ali se torna mais evidente, para ganhar capital político. E, foi nesse espírito que eu deixei a minha proposta e queria apenas ressaltar que dentro da bancada do PS haverá pessoas mais liberais, haverá pessoas mais conservadoras, haverá pessoas com muitas opiniões distintas, isso é que faz uma bancada ser saudável e queria, por um lado, reforçar a minha opinião, mas por outro dizer que ela não é extraordinária por vir de alguém da bancada do PS, não me parece que isto se aplique assim.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Câmara**, para fazer uma breve consideração para dizer que se nós aplicarmos bem este plano e vamos trabalhar para isso, se nós cumprirmos as nossas obrigações legais eu penso que isso é positivo e de saudar. Eu nunca vi comentários, enfim, dizer que isso não chega. No fundo o que estão aqui a dizer é que não chega cumprir a Lei. É preciso arranjar um outro dispositivo, que eu não sei como é que se pode arranjar, para fazer uma auditoria externa. Eu como autarca fico feliz, se este plano for um plano para ser aplicado, que não seja, digamos, uma coexistência formal porque muitas vezes planos há muitos, mas depois os planos têm o valor na medida em que são efetivamente aplicados e observados nas suas imposições e os Senhores vão ter anualmente um relatório da aplicação deste Plano e aí eu julgo que se depois de terem acesso a esse relatório, se acharem, "olha, isto não nos parece bem", podem fazer propostas, inclusivamente, "o relatório não nos convence", solicitamos uma auditoria externa, depois deveremos como é que isso se faz, agora nós estamos a rever o Plano, nós estamos a dar um passo em frente, nós estamos a cumprir aquilo que a legislação nos obriga, eu acho que isso é positivo, portanto, eu acho que isso deveria de ser realçado.-----

Queria também dizer que a monitorização deste Plano está a ser acompanhado por um consultor externo, aliás, a Senhora Vereadora quando há bocadinho apresentou o Plano, ela disse que nós tínhamos um consultor externo que nos estava a dar apoio ao nível da formação, do aconselhamento, da monitorização, se estamos a fazer bem as coisas. Senhores Deputados, eu digo-vos que o Executivo Municipal está sereno e está consciente de que as suas obrigações estão a ser cumpridas e posso-vos garantir que vão ser cumpridas efetivamente com a aplicação prática dos princípios e das determinações que este Plano impõe.-----

Passou-se à votação;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

b)- Proposta 8/2021 Deliberação relativa à Aprovação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Loulé (Revisão) [Proposta da Câmara Municipal n.º 1844-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

c)- Proposta 09/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia do Ameixial, no valor anual de 41.123,56€ (quarenta e um mil, cento e vinte e três euros e cinquenta e seis cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021 [Proposta da Câmara Municipal n.º 170-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente da Câmara**, que propôs a discussão dos pontos dois a dois, portanto eles são seis, por Junta de Freguesia.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, colocou à consideração dos presentes, a discussão simultânea de dois pontos de cada vez sendo, no entanto, a sua votação em separado, tendo havido concordância de todos os presentes.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Vice-Presidente da Câmara**, que referiu que em relação à alínea c) e a alínea d) são referentes à freguesia do Ameixial, são duas propostas completamente diferentes, uma tem a ver com a atualização daquilo que foi aprovado em orçamento no ano passado que é o apoio de mais de 50% nas bermas e valetas, e a outra tem a ver com a atualização no sentido do caminho para a transferência de competências para a freguesia do Ameixial nomeadamente relacionado com a Escola. E essa é uma atualização do valor que todas as freguesias irão percorrer este caminho que vamos ter nestas Assembleias, pelo menos até junho.-----

Referente à alínea d) é um contrato interadministrativo que tem a ver com uma das situações que é há muito pedida neste tipo de freguesia rural que é a constituição do mercado do gado, do qual em termos de prioridade para a Junta de Freguesia e para a Câmara Municipal entendeu-se proceder a esta assinatura do contrato interadministrativo e que foi uma promessa quer da Junta, quer da Câmara em 2017 referente a esta proposta que agora temos, digamos, a honra de propor a esta Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se à votação das propostas;-----

c)- Proposta 09/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia do Ameixial, no valor anual de 41.123,56€ (quarenta e um mil, cento e vinte e três euros e cinquenta e seis cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 170-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

d)- Proposta 10/2021- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Contrato Interadministrativo relativo à transferência de verbas para a Junta de Freguesia do Ameixial, no âmbito da Delegação de Competências para o mandato 2018-2021- no valor de 196 000,00€ (cento e noventa e seis mil euros), nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013 de 12/09 [Proposta da Câmara Municipal n.º 171-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade -----

Passou-se aos pontos seguintes;-----

e)- Proposta 11/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor anual de 133 450,15€ (cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta euros e quinze cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 172-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 12/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Sebastião, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 173-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação destes pontos, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a alínea e) é em tudo semelhante à alínea c) referente agora neste momento à Junta de Freguesia de São Sebastião, a atualização do valor que era em relação às bermas e valetas, quer em relação às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

escolas, sendo que na alínea f) é por assim dizer o acordo de transferência de competências para a Junta de Freguesia de São Sebastião que tem duas situações importantes. Primeira, as alíneas referentes à transferência de competências relacionados com as escolas e a segunda tem a ver com a introdução da Junta de Freguesia enquanto elemento do júri da questão dos contratos de limpeza urbana da cidade de Loulé que é também a questão que é incorporada na proposta da Junta de Freguesia de São Clemente.-----

O acordo não inviabiliza que durante o ano de 2022 haja uma alteração, ou seja, uma incorporação de mais competências para esta Junta de Freguesia, entenderam as partes de que este seria o momento para transferência de competências de uma parte daquilo que está subjacente na legislação. Como se tem dito, esta Assembleia tem dito, cada freguesia é particular, é completamente diferente e, portanto, iremos continuar, também referir que irá a esta Assembleia o acordo de transferência de competências com a Junta de Freguesia de Alte e esperemos continuar porque as freguesias não têm cor e esperemos que todas as Juntas de Freguesia possam dentro daquilo que entenderem fazer a respetiva transferência de competências que como já por vezes foi dito e reafirmamos aqui, faz todo o sentido transferir competências para as Juntas de Freguesia, porque a própria Câmara Municipal está a receber muitas transferências por parte do Estado central. E, portanto, é uma lógica de descentralização também cada vez mais próxima do cidadão porque é aquela que, de facto, se executa ainda melhor..-----

Passou-se à votação;-----

e)- Proposta 11/2021- Deliberação relativa à 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de S. Sebastião, no valor anual de 133 450,15€ (cento e trinta e três mil, quatrocentos e cinquenta euros e quinze cêntimos), no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 172-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

f)- Proposta 12/2021- Deliberação relativa à Aprovação do Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Freguesia de S. Sebastião, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 173-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

aprovada por **unanimidade**.-----

Passou-se aos pontos seguintes;-----

g)- Proposta 13 /2021- Deliberação relativa a 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no valor anual de 196.857,36€ (cento e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e trinta e seis cêntimos); no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 183-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Proposta 14/2021- Deliberação relativa ao Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Junta de Freguesia de S.Clemente, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 189-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação destes pontos, foi dada a palavra ao Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão** referindo que é em tudo semelhante à Freguesia de São Sebastião que em conjunto, digamos, são as representantes de toda a cidade de Loulé e, portanto, é em tudo semelhante ao que foi referido nas alíneas e) e f) que proporcionalmente e respetivamente são as alínea g) e h) em relação a esta Junta de Freguesia, que não sendo repetitivo e é muito importante dizer que elas próprias irão fazer parte constituinte dos cadernos de encargos da limpeza urbana por parte da Câmara Municipal de Loulé, o que também é um dado muito importante naquilo que deve ser a resposta aos cidadãos nestas áreas de manter as ruas limpas, as ruas com boa qualidade, porque é esse o papel fundamental das entidades locais.-----

Pediu para intervir, o Senhor Deputado **Fernando Marques (PS)**, dizendo que no cumprimento da legislação e em coerência com um ato anterior, de matéria idêntica, solicito e alego impedimento, pelo motivo de ser vogal na Junta de Freguesia de São Clemente na participação de um debate para a votação das alíneas g) e h), considerando que existe conflito de interesses na minha participação, como já ocorreu num ato anterior.-----

O Senhor **Presidente Assembleia**, afirmou então que referente às alíneas g) e h) ficará constante em ata que o Senhor Deputado Fernando Marques não participa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

por considerar que está impedido por existir um conflito de interesses entre as funções que desempenha na Junta de Freguesia.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, a minha intervenção foi parcialmente respondida pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara quando falou no que seria algum enfoque destas verbas transferidas, mas mesmo assim gostaria de deixar aqui uma nota no pressuposto que estão reunidas as condições para que, pelo menos, as bermas e as valetas sejam limpas. Sabemos que as últimas intempéries têm provocado algum derrube de barreiras para cima das estradas. Estou-me a reportar a uma que eu passo todos os dias que é na Estrada Municipal 525, que é de Loulé para Salir, da sede de concelho para a Junta de Freguesia de Salir onde há um conjunto de barreiras caídas e que é necessário intervir. As Juntas de Freguesia com estas condições, penso que têm condições para adjudicar ou meios próprios, seja por adjudicação direta ou por adjudicação para esses trabalhos, ou então o Município, a Câmara Municipal, o departamento de obras também dará uma ajuda. Isto é importante porque nas próximas chuvas, as barreiras obstruídas provocarão seguramente problemas de segurança na circulação das vias.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referindo que é apenas para salientar que este é um primeiro passo que já foi aqui aprovado para a Freguesia de Quarteira na questão da transferência de recursos do Município para a Junta de Freguesia. Realmente em relação à Freguesia de Loulé fico um pouco desanimado, eu esperava que a minha freguesia, como a segunda maior freguesia do concelho de Loulé mostrasse capacidades para assumir maiores responsabilidades no âmbito na defesa dos seus fregueses. Estas competências, praticamente, são aquelas que já são exercidas, pouco ou nada adiantam, mas que poderiam ir muito mais longe. E parece-me que realmente só vai haver uma Freguesia que vai, na realidade, assacar as competências que a Lei lhe permite no sentido de caminhar para a independência, a autonomia das decisões de proteção dos seus fregueses. Eu julgo que realmente a maioria da cidade de Loulé pertence a São Clemente e que há certas dúvidas, por vezes certas contradições entre a atuação camarária e aquilo que é o desejo da Freguesia. No entanto, as oportunidades não são aproveitadas e como tal continuamos na mesma apesar da abertura da Freguesia estar presente nos concursos de limpeza das ruas da cidade, o que não deixa de ser um pouco caricato.-----

Pedi para intervir, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, para acertar algumas coisas que o Deputado Carlos Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

disse. Primeiro, da experiência que temos tido da negociação com a Câmara relativamente à transferência de competências tem havido toda a abertura por parte da Câmara para transferir, obviamente, os recursos e os meios e as competências que a Lei determina e, não, não é só uma Freguesia que quer todas as competências, cada Freguesia é uma Freguesia, é uma realidade, como já disse o nosso Vice-Presidente, e pelo menos duas freguesias querem todas as competências que a Lei lhes permite ter, uma delas é Quarteira, outra delas é Alte e, provavelmente, irá haver mais no futuro e tenho que reconhecer que da parte da Câmara tem havido toda a abertura para que esses meios e essas competências sejam transferidas.-----

Passou-se à votação;-----

g)- Proposta 13/2021- Deliberação relativa a 3ª Alteração ao Acordo de Execução relativo a Transferências de verbas para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no valor anual de 196.857,36€ (cento e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete euros e trinta e seis cêntimos); no âmbito da Delegação de Competências, para o mandato de 2018-2021, nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12/09; [Proposta da Câmara Municipal n.º 183-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade -----

h)- Proposta 14/2021- Deliberação relativa ao Acordo de Transferência de Recursos do Município de Loulé para a Junta de Freguesia de S. Clemente, no âmbito do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril; [Proposta da Câmara Municipal n.º 189-2021] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade. -----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

i)- Proposta 15/2021- Informação relativa à Escritura de Alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Alte - CIPRL e Eleição dos Órgãos Sociais da mesma; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1852-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação deste ponto, foi dada a palavra à Senhora Vereadora Ana Machado, referindo que os Estatutos, após a aprovação aqui nesta Assembleia, foi feita a alteração dos Estatutos e aprovada, consubstanciando-se a alteração, essencialmente, no seguinte. O alargamento do objeto social da Cooperativa e a existência de duas direções, a direção da Escola e a direção da Cooperativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

porque até à data a Cooperativa era diretor da Escola quem fosse diretor da Cooperativa, portanto, por inerência o diretor da Escola era o diretor da Cooperativa. A 21 de agosto de 2020 foi outorgada a escritura dos novos estatutos no Cartório Notarial de Loulé e foi feito o devido registo na Conservatória do Registo Comercial. Houve a eleição dos órgãos sociais no dia 7 de outubro, sendo que foram eleitos os seguintes: Presidente da Mesa da Assembleia-Geral a Câmara Municipal; Primeiro Secretário a Junta de Freguesia de Alte; Segundo Secretário a Associação In Loco; Presidente do Conselho Fiscal foi a Junta de Freguesia de Alte; Primeiro Vogal Associação In Loco; Segundo Vogal Câmara Municipal. A Direção da Cooperativa está a cargo da Câmara Municipal de Loulé.-----

Esclarecer antes de mais o seguinte, de acordo com a alteração do Código Cooperativo só podem fazer parte destas régies cooperativas pessoas coletivas, daí que os órgãos sejam ocupados alternadamente por as três pessoas coletivas que são composição, cooperantes da Cooperativa, que são respetivamente a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e a Associação. Assim, por despacho do Senhor Presidente que depois foi retificado em reunião de Câmara e vem agora para conhecimento desta Assembleia, como representante da Câmara Municipal de Loulé na Mesa da Assembleia-Geral temos o Presidente da Câmara, o doutor Vítor Aleixo, como Primeiro Secretário, como representante da Junta de Freguesia de Alte entendeu a Junta de Freguesia ser o seu Presidente e, portanto, temos o Doutor António Martins, como Segundo Secretário da Mesa da Assembleia-Geral, entendeu a Associação in Loco ser o Doutor Artur Gregório, no Conselho Fiscal temos como Presidente do Conselho Fiscal e como representante da Junta de Freguesia de Alte a Doutora Adriana Guerreiro, como Primeiro Vogal e representante da Associação In Loco a Doutora Sandra Rosário, como Segundo Vogal e representante da Câmara Municipal de Loulé temos a Doutora Ana Sofia Afonso.-----

A Direção da Cooperativa porque a Cooperativa tem menos que vinte cooperantes, é unipessoal, isto nos termos do Código Cooperativo e como está a cargo da Câmara Municipal de Loulé é representante da Câmara Municipal de Loulé ocupando a direção da Cooperativa a Doutora Maria Teresa Serra Granado Cordeiro Laranjo. Os novos órgãos sociais foram objeto de registo na Conservatória do Registo Comercial de Loulé e a nova Diretora da Escola Profissional Cândido Guerreiro foi nomeada pela Diretora da Cooperativa, de acordo com os Estatutos, e é a Doutora Tânia do Sacramento Teixeira.-----

Dizer que os Estatutos aprovados e os Estatutos da Escola Profissional que foram também revistos e aprovados já foram apresentados à tutela, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares do Ministério da Educação e os novos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

órgãos sociais da Cooperativa já foram objeto de averbamento e na autorização de funcionamento emitida pelo Departamento do Ensino Secundário do Ministério da Educação.-----

Pedi para intervir o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte (António Martins)**, referindo que gostaria apenas de mais uma vez chamar a atenção para a importância que esta remodelação da Cooperativa da Escola Profissional, mais do que a própria Escola, tem como instrumento de desenvolvimento, também, não só de Alte, mas, eventualmente, de toda a zona interior do nosso concelho. A Escola Profissional de Alte ao longo destes 28 anos de existência tem criado, felizmente, para além de uma excelência de ensino, um enorme manancial de conhecimento, desde a transformação de produtos locais até à parte turística, etc., que urgia rentabilizar e pôr no terreno. A partir de agora com esta alteração aos Estatutos da Cooperativa, a Cooperativa está em condições de poder intervir, fazer transformação de produtos, fazer comércio, inclusive, colaborar com os produtores locais e com o artesanato local, bem como com o turismo para desenvolver novos produtos em todas as áreas que pode comercializar e em conjunto com os investidores locais, com os pequenos investidores que muitas vezes não têm estrutura para por si só divulgarem e comercializarem os seus produtos para lá da zona que lhe é muito próxima. Portanto, isto é uma alteração, não só de uma escola, mas de toda uma estrutura que sabemos que vai ser bem aproveitada e já está no bom caminho e pode ser mais um instrumento de excelência de desenvolvimento do interior.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu e não havendo mais pedidos de intervenção, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

À 1.00 h, foi terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

João Concelos

